

GUILHERME STRENGER

**EFETIVIDADE
PROCESSUAL
E SUA CELERIDADE**

**SOB O ENFOQUE DO
PROCESSO CIVIL
CONTEMPORÂNEO**



DIALÉTICA

Copyright © 2021 by Editora Dialética Ltda.

Copyright © 2021 by Guilherme Strenger.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.

Capa: Henrique Azevedo
Diagramação: Brunna Dias Carielo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada por Mariana Brandão Silva CRB-1/3150

S915e Strenger, Guilherme.

Efetividade processual e sua celeridade : sob o enfoque do processo civil contemporâneo / Guilherme Strenger. – Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.
148 p.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5877-840-0

1. Efetividade Processual. 2. Processo Civil Contemporâneo. 3. Direito. I. Strenger, Guilherme. II. Título.

CDD 347

CDU 347



DIALÉTICA
EDITORA

 /editora dialetica
 @editoradialetica

www.editoradialetica.com

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO, 9

1.1 ASPECTOS GERAIS, 12

1.2 A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO COMO DIREITO FUNDAMENTAL, 18

1.3 REPERCUSSÃO DA MOROSIDADE NA ENTREGA DA JURISDIÇÃO NOS PLANOS CONSTITUCIONAL E INFRACONSTITUCIONAL, 18

1.3.1 A Lentidão da Justiça como violação dos Direitos Humanos, 20

1.3.2 Jurisdição atrasada: uma barreira de acesso à Justiça, 22

2 OS PROCESSOS ETERNOS NA ÓTICA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, 31

3 NOVOS RUMOS PARA A HUMANIZAÇÃO DO PROCESSO E PARA A ENTREGA RÁPIDA E EFETIVA DA JURISDIÇÃO, 35

4 A REFORMA DO JUDICIÁRIO, 41

5 A GARANTIA DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO - ANTERIORIDADE, 47

5.1 JURISPRUDÊNCIA SOBRE A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO, 52

5.1.1 Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, 52

5.1.2 Tribunal Constitucional da Espanha, 54

5.1.3 Supremo Tribunal Federal (brasileiro), 56

5.1.4 Superior Tribunal de Justiça (brasileiro), 58

5.1.5 Legge Pinto (89/2001) – Solução ou Paliativo?, 62

6 A EFETIVIDADE PROCESSUAL E SUA CELERIDADE SOB O ENFOQUE DOS ATOS PROCESSUAIS NO PROCESSO ELETRÔNICO, 67

6.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS, 67

6.2 A NOVA REALIDADE DOS ATOS JURÍDICO-PROCESSUAIS NO PROCESSO JURISDICIONAL BRASILEIRO, 73

6.3 ATOS PROCESSUAIS E ATOS PROCESSUAIS ELETRÔNICOS: DISTINÇÕES NECESSÁRIAS, 76

6.3.1 Requisitos para a prática dos atos processuais eletrônicos no processo brasileiro, 79

6.3.2 Como se processam os atos processuais eletrônicos?, 81

6.3.3 Os prazos processuais eletrônicos, 84

6.3.4 As vantagens e desvantagens da implantação do processo eletrônico no Brasil, 88

6.3.4.1 Das Vantagens: o tempo, o acesso e o meio ambiente, 89

6.3.4.2 Das Desvantagens: a “(in)segurança” e o custo, 92

6.3.5 A publicidade dos atos processuais eletrônicos: notas sobre o art. 11, §6º, da Lei nº 11.419/2006, 93

6.3.6 Defeitos do processo eletrônico e riscos inerentes, 97

6.4 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES IMPLANTADAS PELO PROCESSO ELETRÔNICO, 100

6.5 O PROCESSO ELETRÔNICO E AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS, 106

6.5.1 O processo eletrônico e a duração razoável do processo, 110

6.6 EFETIVIDADE DO PROCESSO ELETRÔNICO – A CELERIDADE E O ACESSO À JUSTIÇA: PRINCÍPIOS EM OPOSIÇÃO?, 115

6.7 RESULTADOS ALCANÇADOS, 120

6.8 PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS ATUALMENTE, 124

6.9 O NOVO CPC E A CELERIDADE NO PROCESSO ELETRÔNICO, 135

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS, 139

REFERÊNCIAS, 143